

CONSIDERAÇÕES E INDICATIVOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE 13 DE AGOSTO 2025

A Direção Nacional convocou Assembleia Nacional, em caráter extraordinário, para o dia 13 de agosto, para deliberação sobre dissolução dos comandos locais, regionais e nacional, com a devida manutenção do Estado de Mobilização, e a reafirmação da regulamentação do mandato fixo e quarentena para cargos em comissão ocupados por Auditores-Fiscais como itens da pauta permanente de luta da categoria.

Após sete meses de greve, nos dias 9 e 10 de julho, 8750 Auditoras e Auditores-Fiscais se reuniram em Assembleia Nacional e aprovaram por 64,44% a proposta apresentada pelo governo federal para reestruturação da remuneração da categoria. A proposta aprovada reajusta o vencimento básico em 9,22%, altera a escadinha do bônus dos aposentados de 35% para 52% (que passa a ser o menor percentual da tabela), acelera imediatamente os prazos de progressão na carreira, transformando a nossa carreira naquela com menor intervalo de tempo para se alcançar o topo, reduzindo-o de 10 para 8 anos, e determina o acréscimo de R\$ 1.700 no subteto do bônus de eficiência, aplicável apenas para o último trimestre do exercício de 2025 (novembro e dezembro de 2025 e janeiro/2026), passando de R\$ 7.000 para R\$ 8.700.

Nenhum movimento reivindicatório, em tempo algum, alcançou 100% das reivindicações. Sabemos que o acordo assinado com o governo federal não contempla a integralidade da nossa pauta, mas é preciso reconhecer os avanços consideráveis para todo o conjunto das Auditoras e dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, conquistados em uma conjuntura muito difícil, com forte resistência do MGI e do governo como um todo.

Considerações ao Indicativo 1 – O **Indicativo 1** desta assembleia propõe a dissolução dos comandos locais, regionais e Nacional e mantém o Estado de Mobilização. A

proposta do governo aprovada pela categoria previa, para conclusão do acordo, a suspensão de todos os atos de mobilização e o encerramento imediato da greve – cessando as ações dos comandos.

A atuação dos comandos de mobilização locais, regionais e nacional na implementação das estratégias de greve foi essencial para o movimento. A pressão das ações de mobilização, com impactos na economia nacional e no funcionamento da Receita Federal do Brasil, foi fundamental para vencermos a intransigência do Ministério da Gestão e Inovação que resistia em iniciar negociações.

Histórico

Em julho de 2024, quando terminou o prazo para que o MGI instalasse a Mesa Específica dos Auditores-Fiscais, a Direção Nacional convocou uma Assembleia Nacional na qual a categoria deliberou pelo início do Estado de Mobilização. O movimento se iniciou com Operação-Padrão na Aduana, apagão de acesso aos sistemas informatizados da Receita Federal e atos públicos. A mobilização escalou para paralisações de 24 horas e depois de 48 horas.

Acreditando na importância desta instância do sindicato, a Direção Nacional convocou Assembleia, em 16 de outubro de 2024, na qual propôs à categoria a instalação dos comandos de mobilização locais, regionais e nacional, indicativo aprovado por 98,23% dos votos. Instalados os comandos, iniciou-se um período de forte mobilização, período em que Direção Nacional e Comandos propuseram e realizaram Operação-Padrão, caravanas por todo o país, atos públicos de protesto, publicação de manifestos, entrega de cargos, webinars, reuniões setoriais, entre outras importantes ações.

Em 14 de novembro de 2024, o MGI chamou o Sindifisco Nacional para uma reunião. Estiveram presentes Direção Nacional, CNM e Mesa do CDS e o governo anunciou que não haveria nenhuma negociação. No mesmo dia, Direção Nacional convocou Assembleia e, em 21/11, propôs, junto com CNM e Mesa Diretora do CDS, o início de

greve por tempo indeterminado em 26 de novembro. A partir dessa data, Direção Nacional e Comando Nacional de Mobilização propuseram a conjugação de diversas formas de pressão que foram realizadas por mais de 220 dias em todo o país, conduzindo uma das greves mais longevas da história do sindicato.

Em 11 de julho, após a aprovação da proposta do governo, a greve foi encerrada. No dia 16 de julho, o Comando Nacional de Mobilização se reuniu presencialmente, em Brasília, e deliberou pelo encerramento das atividades do CNM.

É preciso destacar que será mantido o Estado de Mobilização. Temos ainda um importante trabalho pela frente, com ações intensas no Congresso Nacional e junto ao Executivo, para a implementação definitiva do nosso acordo.

Direção Nacional e Comando Nacional de Mobilização encaminham pela aprovação do Indicativo 1

Considerações ao Indicativo 2 - No entendimento da Direção Nacional, é hora de consolidarmos os relevantes avanços e nos prepararmos para novas negociações e conquistas. Somos uma categoria de luta, que resiste historicamente às investidas contra a Receita Federal do Brasil e a valorização do cargo. Ainda temos uma pauta legítima e importante para conquistar.

Neste indicativo 2, a categoria reafirma como tema prioritário na pauta permanente dos Auditores a regulamentação do mandato fixo e da quarentena para cargos em comissão ocupados por Auditores-Fiscais, ponto já aprovado pela categoria em Assembleia Nacional realizada em 18 de dezembro de 2024.

É importante que seja estabelecido um tempo máximo para o mandato em cargos de comissão e também que seja determinado um período de quarentena – durante o qual não seria permitido assumir outro cargo comissionado na Receita Federal. Assim, os

Audidores-Fiscais não deixariam de se dedicar às atividades fim, privativas do cargo efetivo, conforme o disposto no art. 6º, I, da Lei nº 10.593/02.

A Direção Nacional já enviou ofício para os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Esther Dweck (MGI) e ao secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, solicitando a instalação de mesa de trabalho para tratar das pautas institucionais não remuneratórias e do fortalecimento do cargo de Auditor-Fiscal do órgão.

É importante também destacar outras pautas relevantes como a destinação de recursos do Fundaf para o custeio de ressarcimento dos gastos com saúde (A RFB formou um Grupo de Trabalho com sindicato e Administração e a minuta do decreto está em finalização) e a revogação das Resoluções 7 e 8 pelo Comitê Gestor.

Direção Nacional e Comando Nacional de Mobilização encaminham pela aprovação do Indicativo 2

**INDICATIVOS PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE 13 DE AGOSTO DE
2025**

Favor encaminhar o resultado por meio do Portal de Serviços.

DS: _____

Nº de Auditores-Fiscais presentes:

Ativos: ____ Aposentados: ____ TOTAL: ____

Indicativo 1: Os Auditores-Fiscais presentes à Assembleia Nacional aprovam a dissolução imediata dos comandos locais, regionais e Nacional de Mobilização, mantido o Estado de Mobilização.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

Indicativo 2: Os Auditores-Fiscais presentes à Assembleia Nacional reafirmam como item de pauta prioritária da categoria a regulamentação do mandato fixo e da quarentena para cargos em comissão ocupados por Auditores-Fiscais.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção